

Título do projeto: <i>Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no século XIX</i>
--

1. Resumo

Este projeto, dando continuidade aos dois anteriores financiados pelo PRONEX, pretende revisitar, sob novas perspectivas, um dos mais caros temas da História e das Ciências Sociais: o Estado brasileiro no século XIX, em seus múltiplos matizes. As pesquisas realizadas naquelas ocasiões – focadas no desenvolvimento da cidadania e na construção da nação brasileira – demonstraram a centralidade do Estado neste processo, mas não como entidade a-histórica, agente demiúrgico ou instrumento de classe, e sim enquanto lugar de convergência de disputas, negociações, conflitos e anseios diversos. Não se trata, tampouco, de retomar a velha dicotomia entre sociedade e Estado; este será abordado sob prisma multifacetado, interrelacional e dinâmico, de modo a compreender diversas esferas ou circunscrições, tanto políticas, burocráticas e geográficas, quanto sociais, culturais e econômicas. O novo eixo de reflexão e pesquisa está, portanto, não simplesmente no Estado, mas nessas suas dimensões e fronteiras (reais e simbólicas).

O novo projeto, norteado e articulado a partir de questões controversas fundamentais que configuram um *programa comum de pesquisa*, deverá propiciar não apenas a revisão de antigas e recentes concepções historiográficas e a investigação de objetos específicos por parte de cada pesquisador, mas, sobretudo, a elaboração coletiva de uma nova interpretação geral do chamado *longo século XIX* brasileiro.

Para contemplar a riqueza e a abrangência temática do projeto, os dezenove membros da equipe tiveram seus trabalhos agrupados em três linhas de pesquisa, perpassadas por eixos transversais (Estado, práticas de cidadania, questão nacional): Política, Justiça e Instituições; Cultura, Imprensa e História; e Economia e Escravidão.

2. Introdução

A presente proposta de pesquisa científica pretende dar prosseguimento aos dois projetos anteriores elaborados no âmbito do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO) e financiados pelo PRONEX / CNPq - FAPERJ, intitulados “Nação e cidadania no Império: novos horizontes” (2003-2006) e “Dimensões da cidadania no século XIX” (2006-2009). Ambos foram desenvolvidos por um grupo de professores vinculados a universidades públicas do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, a saber: UFRJ, UFF, UERJ, UNI-RIO, UFRRJ, UFJF, UFOP e UFES. Nestas ocasiões, o foco das pesquisas esteve na análise das questões acerca das concepções e práticas de

cidadania e da construção da nação brasileira no *longo século XIX*¹.

Em vista da consolidação do grupo e do êxito notório obtido nessas iniciativas², dispusemos-nos a enfrentar novo desafio neste projeto. O grupo permanece basicamente o mesmo³, só havendo mudança de proponente, que passa a ser Lúcia Bastos Pereira das Neves, professora titular de História Moderna da UERJ. Isto porque José Murilo de Carvalho, proponente dos dois projetos anteriores, está impedido, pelo novo edital, de continuar na função, visto que é agora professor aposentado pela UFRJ; permanecerá, contudo, participando ativamente do grupo, atuando como coordenador científico. Além do CEO, estão integrados ao projeto os seguintes núcleos de pesquisa: Laboratório de Redes de Poder e Relações Culturais; Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania; Núcleo de Estudos em História Social da Política; Núcleo de Documentação História e Pesquisa; e Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade.

Neste novo projeto, a ênfase passa a ser o Estado, partindo do reconhecimento de seu papel enquanto principal vetor (posto que não único) de desenvolvimento da cidadania e de construção da nação (Carvalho, 2001; Idem, 1996). Convém ressaltar que não se trata de restringir o Estado à sua função mais óbvia de administração pública ou de governabilidade; e muito menos de encará-lo sob perspectivas demiúrgicas, monolíticas, unilaterais ou dicotômicas, como as clássicas análises que o reduzem, por um lado, a representante ou instrumento dos interesses de uma classe social (os proprietários rurais)⁴, ou, por outro, a um corpo burocrático estreito, fechado e solidamente constituído (um estamento)⁵. Já foi suficientemente demonstrado que o Estado imperial não era mero porta-voz da aristocracia fundiária, cujos interesses muitas

¹ Expressão cunhada por Hobsbawm (1988, p. 19) para o período transcorrido entre 1789 e 1914.

² Verificado em seminários internacionais, nacionais, regionais, internos e de pós-graduandos; em publicações de livros coletivos; no portal do CEO na *Internet*; em um dicionário *on line* de bacharéis e magistrados; em oficinas de História; em um concurso de dissertações e teses, além de outros produtos

³ Eis os membros da equipe. **Pesquisadores principais:** José Murilo de Carvalho (UFRJ), Lúcia Bastos Neves, Lúcia Guimarães e Tania Bessone (todas da UERJ). **Pesquisadores associados:** Gladys Sabina Ribeiro, Carlos Gabriel Guimarães e Mariza Soares (UFF); Marcello Basile, Álvaro Nascimento e Adriana Barreto (UFRRJ); Ricardo Salles, Keila Grinberg e Anita Almeida (UNI-RIO); Manoel Salgado Guimarães (UFRJ); Alexandre Barata e Silvana Barbosa (UFJF); Valdeci Araujo (UFOP); e Adriana Campos (UFES). **Alunos:** Hilton Oliveira, Tiago Zebende, Raimundo Mattos, Victor Neves, Janaina Furtado, Renata Freitas, Carlos Villa, Aline Pereira, Ana Pires, Fernanda Guerardi, Sandra Dutra, Karulliny Siqueira, Jorge Vianna, Bruno Diniz, Joaquim Andrade, Taíse Silva, Aline Soares, Victor Mendes, Bruno Conde, Renata Saavedra e Camila dos Santos. **Apoio técnico:** Márcia Azevedo. A lista com os dados completos dos alunos (nome, instituição, orientador e nível) encontra-se em anexo.

⁴ Tal linha interpretativa remonta a uma longa tradição na historiografia brasileira, que, com perspectivas variadas, vai de Duarte (1939) a Graham (1997), passando, entre outros, por Queiroz (1976).

⁵ Trata-se da famosa tese patrimonialista de Faoro (1958).

vezes contrariava, e que a burocracia não era homogênea, e sim múltipla e fragmentada (Carvalho, 2003). Cumpre superar ainda outras armadilhas semelhantes, como a simples oposição entre público e privado ou entre sociedade civil e Estado. Este não deve ser visto como entidade organizadora da sociedade, e nem esta como instância que o determina. Por sua vez, não é o bastante constatar o hibridismo dialético notado entre as faces burocrática (ascendente) e patrimonialista (descendente) do aparato administrativo imperial; embora não se deva perder de vista, nesta ideia, o argumento de que o Estado não possuía recursos materiais e humanos, nem poder coercitivo, para administrar todo o extenso território brasileiro, precisando, por isso, dos *serviços litúrgicos* (como a Guarda Nacional) prestados pelos potentados privados (Uricoechea, 1978).

O Estado é aqui tratado segundo uma perspectiva multifacetada, interrelacional e dinâmica. Isto quer dizer que o enfoque adotado não se limita (embora também abarque) a instituições políticas e administrativas, a facções, partidos e elites, ou a leis, projetos e doutrinas. O Estado é pensado de modo a abranger diversas esferas ou circunscrições, não só estritamente políticas, burocráticas e geográficas, mas também sociais, culturais e econômicas, compondo um emaranhado de relações que enredam, na capital e nas demais regiões, desde a escravidão, negócios e indivíduos comuns até a cultura letrada, espaços de sociabilidade e movimentos de rua, passando por grupos, instituições e ações políticas formais, bem como pelas representações simbólicas. O foco está, portanto, não simplesmente no Estado, mas nessas suas *dimensões e fronteiras*; ou seja, uma questão central é entender como esses elementos relacionam-se com o Estado ou de que forma este chega até eles. O Estado assume feição dinâmica, estando em constante processo de construção e alargamento. Efetuava, assim, conforme salientou Ilmar Rohloff de Mattos (*In: Jancsó, 2005, p. 295-300*), uma “expansão para dentro”, buscando instituir uma ordem, suplantar antigas identidades regionais e integrar os poderes locais ao central, condições essenciais para forjar a nação. Cumpre, então, historicizar o Estado, examinando, concretamente, seu funcionamento e suas transformações.

3. Justificativa para a escolha do tema

Essa compreensão mais viva, complexa e abrangente do Estado justifica que o tema – de longa e controversa tradição nos campos da História e das Ciências Sociais – seja revisitado à luz de novas e fecundas perspectivas, que permitam redimensioná-lo para o caso brasileiro. Em conformidade com as tendências historiográficas das últimas

décadas, que questionam as explicações generalizantes e reducionistas, o Estado vem sendo objeto de novas reflexões, de cunho tanto teórico quanto empírico, que reavaliam sua condição habitual de eixo central da política, e o situam antes como resultante de um processo histórico de disputas e negociações, de múltiplas construções sociais.

Desde o século XIX, quando era exaltado como produto mais avançado e como agente promotor da civilização (Varnhagen, 1916), o Estado tem sido tema privilegiado da historiografia. Aquela era a época do despertar das nacionalidades e de formação dos Estados-nação; marcava também, nos termos do constitucionalismo, a emergência dos indivíduos enquanto cidadãos, que se relacionavam de diferentes maneiras com o Estado, mediante o exercício de seus direitos e deveres, o sentimento de pertencimento à nação, o império das leis, o contato com a burocracia, a intervenção dos instrumentos de coerção e mesmo a inserção em um mercado com baixo grau de autorregulação. Desde então, o Estado – em suas modalidades autoritárias ou democráticas – passou a ser objeto de diversas controvérsias, que questionam não só seu papel de agente de políticas públicas, como até, no limite, sua própria necessidade de existência.

Recentemente, superadas as críticas mais radicais, o Estado tem sido seriamente recolocado em questão, diante das profundas transformações políticas e sociais que anunciam a crise do modelo do Estado-nação, no contexto da chamada globalização ou da *modernidade tardia* (Ellison, 1997). A criação de novos Estados nacionais no leste europeu, após queda do Muro de Berlim e o esfacelamento da antiga União Soviética, suscitando autonomias regionais e o surgimento de identidades nacionais de base étnica; o processo inverso de globalização e de constituição de organismos supranacionais (o Parlamento Europeu, a União Européia), esvaziando a centralidade do Estado como agente de ação política e fonte de direitos, e debilitando, pela superação das fronteiras, as identidades nacionais; o recrudescimento dos movimentos de minorias sociais, sobretudo de negros, mulheres e homossexuais, promovendo a criação de identidades segmentadas, baseadas em etnias, gêneros e opções sexuais, entre outras, reivindicando o direito e o respeito às diferenças culturais e levando à fragmentação da identidade nacional; o agravamento das desigualdades sociais e a falência do *estado de bem-estar social*, fazendo de alguns direitos (emprego, educação, saúde) um privilégio; por fim, o processo de redemocratização nos países da América Latina, inclusive o Brasil, enfatizando o papel da sociedade civil como espaço de ação política, em oposição ao

Estado; todos esses fatores têm contribuído para rediscutir as atribuições e o próprio caráter do Estado no que tange a aspectos centrais historicamente associados a ele, como a questão nacional, a cidadania e o sentido ou alcance das políticas públicas.

4. Objetivos

A partir de controvérsias que marcam a historiografia e dos novos enfoques adotados, colocam-se questões, problemas ou perguntas centrais que irão nortear o projeto em geral e servir de referência para as pesquisas individuais de cada membro do grupo e de seus orientandos de graduação e de pós-graduação. As respostas dadas a tais indagações deverão resultar em novas visões sobre o Estado brasileiro oitocentista.

Um ponto primordial consiste em analisar as vicissitudes da passagem (com suas permanências, rupturas e composições) de um modelo de Estado de Antigo Regime – de cunho corporativo e patrimonialista, centrado na tradição e baseado na soberania do rei – para um modelo moderno – de caráter representativo e burocrático, que privilegia os indivíduos ou a sociedade, fundamentando-se no contrato social e na soberania do povo ou da nação (Guerra, 1992). Cumpre considerar ainda que o Estado moderno, no discurso dos diferentes grupos políticos e sociais, poderia assumir formas diversas, conforme referidas a correntes de pensamento (mesmo que apresentadas de maneira híbrida) como o republicanismo cívico, o liberalismo e o conservadorismo, na primeira metade do oitocentos, acrescidas depois pelas várias vertentes do cientificismo (positivismo, spencerianismo, darwinismo social) e até por ideologias que contestavam ou recusavam o Estado, como o socialismo e o anarquismo. Em suma, convém atentar para as várias concepções de Estado ou de ordenamento político, aspecto crucial para entender a maneira distinta como indivíduos e grupos relacionavam-se com tal entidade e o que dela esperavam em termos de direitos e deveres.

A partir deste eixo de análise, articulam-se diversas questões. Neste sentido, um passo adiante a ser dado nas pesquisas consiste em superar a perspectiva que vê o Estado como vetor privilegiado das políticas públicas, agindo, de cima para baixo, sobre o conjunto da sociedade. Um outro caminho, que não dispensa mas alarga o primeiro, aponta para além da face interventora do Estado, e o compreende como um agente político entre outros, permeável às pressões sociais. Isto significa dizer que a agenda política e as ações do governo correspondiam, muitas vezes, a demandas impostas pelos setores diversos da sociedade; que as políticas públicas atendiam também ao movimento

inverso, de baixo para cima, expressando problemas colocados, por exemplo, pela imprensa, pelos movimentos de rua, pelas relações escravistas, pelas organizações que representavam certos grupos de interesse ou ainda por uma imputada opinião pública (Neves, 2003; Morel, 2005; Ribeiro, 2002; e Basile, 2001).

Partindo de uma compreensão relacional de formação dos Estados nacionais (a de que estes não se constituem isoladamente, e sim dentro de espaços mais amplos, que abrangem contatos com outros países), um campo promissor de análise é o das relações entre Brasil e Portugal após a Independência. Cumpre investigar as continuidades então existentes entre a formação do Estado nacional brasileiro e as heranças portuguesas, manifestas, por exemplo, nos âmbitos político (organização do Estado, diretrizes de governo, estrutura administrativa, facções ou grupos de interesse), jurídico (legislação, doutrinas, jurisprudência), social (imigração, laços familiares, conflitos antilusitanos), econômico (firmas e sociedades comerciais e empresariais de capital português ou luso-brasileiro, tratados de comércio entre os dois países) e cultural (associações, periódicos, literatura, historiografia) (Guimarães, 2009). O mesmo pode ser pensado em relação aos países vizinhos da região platina, com os quais o Brasil envolveu-se em negócios, guerras, disputas de fronteira e troca de ideias, sendo até tomados como sinônimo de anarquia e barbárie (Magnoli, 1997; e Pimenta, 2002).

Uma questão, de fundo teórico, permite pensar a relação – estreita, porém não unívoca e mecânica – entre o grau de coesão das elites política e intelectual e a margem de extensão da esfera pública. Pode-se afirmar que o alargamento e a dinamização desse espaço – verificados, nas grandes cidades brasileiras, nos períodos das regências trinas, das últimas décadas do Império e do início da República – foram propiciados pela crise oriunda da cisão e das disputas violentas entre aquelas elites, permitindo a emergência de novos atores políticos e de camadas sociais subalternas? Por outro lado, é possível atribuir os momentos subsequentes de esvaziamento do espaço público à rearticulação das forças políticas em direção a um relativo consenso ou unidade, buscados em virtude do imperativo de reduzir a margem de conflitos no interior dessas elites, alarmadas com a experiência *anárquica* ou *entrópica* daqueles períodos? (Basile, 2001; Lessa, 1988).

A propósito da elite política, sob que bases e limites é pertinente sustentar que era ideologicamente homogênea, sobrepondo-se a variáveis tão influentes e diversas como partidos políticos, poderes locais, classes sociais e lealdades pessoais? Em que

medida a imputada razão de Estado ou nacional que a guiava prevalecia sobre interesses regionais ou convicções políticas próprias? Há relação intrínseca entre os mecanismos de produção e de reprodução dessa elite e seus postulados ideológicos; entre homogeneidade do grupo dirigente e estabilidade do sistema político? (Carvalho, 2003)

Aspecto igualmente polêmico a tratar é a validade da categoria de *estadania* (Carvalho, 1987), cunhada para designar a reação pragmática da população que se via descrente e excluída de participação no sistema político e que buscava obter empregos e favores pessoais mediante ligação direta com o aparelho de Estado. Tal categoria traduz uma estratégia alternativa de cidadania, diante da imputada fragilidade dos mecanismos de participação durante o Império e a Primeira República, ou é antes produto de uma concepção que minimiza os significados e o alcance das práticas políticas populares e supervaloriza o papel do Estado enquanto principal vetor de construção da cidadania?

Outro problema diz respeito à margem de autonomia de ação política das camadas de baixa condição social, livres e escravos. Até que ponto esses segmentos eram suficientemente organizados ou mobilizados e possuíam recursos necessários para constituir grupos políticos autônomos ou protagonizar ações independentes? Ou será que, pelo contrário, precisavam aproveitar as brechas abertas, sobretudo pelos conflitos intraelite, nos canais de participação (como revoltas, guerras e manifestações cívicas) para conquistar espaço e dar vazão às suas próprias demandas?⁶ Relacionada a isso está a questão das identidades coletivas. A capacidade de organização e de mobilização de um grupo pressupõe, necessariamente, a existência de uma identidade comum; ou comporta a perspectiva de identidades plurais ou multifacetadas? Neste sentido, é pertinente dizer que estratos sociais tão heterogêneos, como os escravos ou os chamados homens livres pobres, possuíam ideias, interesses e aspirações próprias que se colocavam acima de suas diferenças e divergências?⁷ Mais ainda: de que forma as múltiplas identidades políticas e sociais relacionavam-se com a almejada identidade nacional; por quais mecanismos e meios buscou-se sobrepor esta a aquelas? (Jancsó e Pimenta, 2000; Carvalho, 1998a; idem, 2000; Guimarães, 1995; Guimarães, 1988).

Quanto às classes sociais, de que forma se relacionavam com o poder do Estado? Caminho proveitoso para responder a esta indagação é o estudo das autoridades eletivas

⁶ Posições diversas em Ribeiro (2002); Kraay (2006); Soares (2001, cap. 5); e Basile (2001).

⁷ Visões distintas em Farias *et al* (2005); Slenes (1999); Florentino e Góes (1997); Castro (1995).

locais (juízes de paz, jurados, oficiais da Guarda Nacional), ao se constituírem como figuras mediadoras privilegiadas daquela relação e como elementos de disputa com agentes nomeados pelos governos central ou provinciais (delegados, chefes de polícia, juízes de direito, militares) (Flory, 1986; Castro, 1977). Prevalecia nessas contendas um modelo representativo – exercido por tais autoridades eletivas – ou um cooptativo (coercitivo) – desempenhado por tais agentes – de relacionamento entre Estado e classe?

Dois processos de longa duração e ampla abrangência espacial marcam o século XIX: a construção dos Estados nacionais e a conformação de um mercado global, cada vez mais integrado, de bens de consumo e de produção, de matérias primas, de serviços e insumos financeiros e de mão-de-obra. Estes processos, de natureza complementar e contraditória, alimentaram-se e se limitaram mutuamente. A integração e a clivagem socioeconômica de massas populacionais, oriundas da expansão do mercado, alimentou e foi alimentada por processos políticos e culturais, operados e vivenciados em escala nacional. Entender e se situar nessa “grande transformação”, para empregarmos a fórmula consagrada de Polanyi (1980), foi questão central para os indivíduos do século XIX. O desafio é ainda mais complexo quando verificado em uma sociedade escravista.

As questões norteadoras do projeto configuram uma *agenda comum de pesquisa*, um programa historiográfico coletivo. Isto nos coloca o desafio de articular e conferir umnexo maior aos trabalhos específicos de cada pesquisador, de modo a que venham a contribuir para a elaboração de uma nova interpretação geral do *longo século XIX* brasileiro (ou, mais precisamente, das relações entre Estado e sociedade), e não resultem simplesmente, como alertou Elias José Palti, em “novos e ricos enfoques, que permitem delimitar novos objetos e campos de estudo, mas que configuram antes um mosaico do que um quadro” (*In: Carvalho e Neves, 2009, p. 593*).

5. Métodos

Ao ter como objetivo central a produção de uma interpretação geral do *longo século XIX* brasileiro, esta proposta está amparada pela experiência de dois projetos financiados pelo PRONEX. Pretende-se aprofundar a metodologia de trabalho coletivo de modo a equacionar a inevitável verticalização das abordagens com o fito de construir essa interpretação global. Não se trata de reeditar os grandes modelos explicativos que marcaram as ciências sociais em boa parte do século XX, mas de produzir categorias analíticas capazes de prover um quadro amplo da história brasileira oitocentista a partir

da ótica da formação do Estado. Como observaram Carvalho e Neves, “o Estado cessou de funcionar como uma categoria *a priori*, sob a qual a política era apreendida, para se tornar tanto um problema quanto o produto de uma elaboração social” (2009, 12).

Por um lado é fundamental historicizar as formas pelas quais os sujeitos históricos interpretavam a sua própria realidade, estudando seus conceitos e vocabulários; por outro, construir categorias analíticas que permitam entender o que esses próprios sujeitos não puderam formular. Cabe também fornecer à comunidade científica e geral descrições da realidade que possam ser debatida no interior de uma linguagem controlável (Rüsen 2009, 168-9). O grupo teve experiências exitosas de comunicação social do conhecimento através de projetos voltados para o público não acadêmico. Esse esforço tem suas próprias metodologias (Almeida & Grinberg 2009a).

A busca por modelos interpretativos deve enfrentar o problema da continuidade e descontinuidade histórica. A análise do Estado oscilou entre uma visão teleológica, que o descrevia como consequência inevitável, e um momento revisionista, que apontou para seu caráter inventado ou contingente. Este projeto considera a história enquanto marcada por continuidades e descontinuidades, por eventos e estruturas (Koselleck 2006, 141). Não basta “desmontar esse padrão teleológico” (Palti *In* Carvalho & Neves 2009, 594); pois em seu lugar restaria a imagem de uma realidade desarticulada.

Não cabe neste espaço detalhar a rica diversidade metodológica que constitui o grupo aqui reunido. Apontaremos apenas *três princípios metodológicos* que orientam as pesquisas desde a formação do grupo e que continuarão a orientá-las, mesmo que adaptados. (1) *A Centralidade da história política renovada*. Muito já se fez em torno de uma renovação da história política desde o texto programático de René Remond, mas longe ainda estamos de um esgotamento dessa perspectiva (Remond 1980, 1996; Berstein 1998; Rosanvallon 1995). Assim, um dos pressupostos que orientam este projeto é o da autonomia relativa das dimensões política, social, econômica e cultural. A consequência metodológica desse princípio teórico é a busca constante de um estilo de trabalho historiográfico que concilie a investigação especializada dos fenômenos constitutivos de cada uma dessas dimensões, buscando explicá-las a partir de lógicas específicas, com o retorno ao quadro histórico geral e o cruzamentos das descobertas regionais com o processo histórico global. O entendimento dessas lógicas específicas deve alimentar e ser enriquecido pela busca de uma representação integral e articulada

da realidade. (2) *A ênfase em uma pesquisa histórica empiricamente fundamentada.* O enfrentamento da crise dos grandes modelos explicativos produziu uma historiografia exigente com a abrangência e exaustividade documental. As pesquisas desenvolvidas neste grupo refletem essa nova realidade. Os dois projetos anteriores permitiram a constituição de amplos acervos documentais alocados nos diversos núcleos de pesquisa. Essa experiência acumulada e os acervos já reunidos serão fundamentais para sustentar os objetivos deste projeto de acordo com os princípios metodológicos aqui explicitados. Desse modo, o grupo é capaz de trabalhar com um volume bastante variado de fontes, desde aquelas impressas como os livros e periódicos, até as arquivísticas, manuscritas e não intencionais, que exigem abordagens quali-quantitativas e/ou seriais. (3) *O impresso como problema histórico.* O projeto investigará as relações complexas entre o Estado em constituição e as ideias, representações, conceitos e linguagens. Embora os “letrados” de todo o tipo sejam os sujeitos que veem a mente em uma abordagem dessa natureza, esta pesquisa preocupar-se-á com a circulação – no sentido de trocas – entre esse universo e a totalidade do tecido social (Chartier 1995). Assim, ao privilegiarmos o impresso, procuramos entendê-lo como o “lugar” para o qual conflui e do qual se irradia as interseções que ajudam a estruturar a realidade. Essas fontes ganham maior relevância quando as consideramos em suas relações com um Estado de tipo nacional que precisou elevar a um patamar inédito sua capacidade de se tornar presente e imaginável para grupos, comunidades e indivíduos heterogêneos (Gellner *In* Balakrishnan 2000, Smith 2000, Palti 2001, Morel 2005, Barata 2006).

As abordagens das fontes impressas, na dimensão de seus conteúdos (ideias, conceitos, representações, culturas políticas e linguagens) tem se beneficiado da renovação da história intelectual, seja pela via da *Begriffsgeschichte*, seja pela história dos discursos, linguagens e retóricas. (Carvalho 1998b; Pocock 2003; Hartog 2003; Koselleck 2004, 2006; Skinner 2006). Do ponto de vista das formas, pretende-se abordar a evolução dos gêneros e protocolos discursivos. (Momigliano 1990; Grafton 2006). Atentar-se-á também para os modos de produção e circulação do impresso, para os espaços de sociabilidade político-cultural, (Morel y Canal 1993, Barata 2006), bem como seus protagonistas, sejam eles letrados, intelectuais, grupos políticos e ideológicos ou o homem comum. (Neves e Ferreira, *in* Guimarães 2009; Rüsen 2009).

6. Metas

As metas a serem alcançadas, em termos de realizações e produtos, consistem em uma série de atividades coletivas, por meio das quais serão debatidas questões do projeto, divulgados resultados e firmadas parcerias, conforme descritas a seguir. Algumas dessas atividades dão continuidade, com certos aperfeiçoamentos, ao que foi feito, com sucesso, nas duas edições anteriores do nosso PRONEX; outras são novas.

- Seminários. Estão previstos eventos acadêmicos de diversas modalidades. A cada ano será realizado o seminário interno do grupo, cuja dinâmica irá consistir, inicialmente, no debate dentro de cada linha acerca dos trabalhos apresentados (com textos enviados previamente para os participantes), assistido por um relator; em seguida, haverá reunião conjunta das três linhas, na qual serão discutidas as principais questões, contribuições e conclusões obtidas. Também a cada ano, irá ocorrer um encontro de cada linha, cujo formato será definido pelos respectivos grupos; haverá um interlocutor internacional por linha para participar de suas atividades. No decorrer do triênio, será realizado um congresso internacional, com a presença de convidados estrangeiros, no qual os textos apresentados serão previamente enviados para os debatedores. Está ainda previsto um colóquio de pós-graduandos, contando com a participação de orientandos de Mestrado e Doutorado dos professores vinculados ao CEO - PRONEX. Além disso, no seminário nacional da ANPUH deverá haver um simpósio temático para cada linha.

- Publicações. Dando continuidade às obras produzidas nas duas edições anteriores do nosso PRONEX, será publicado um grande livro coletivo, cujos capítulos tratem não estritamente do objeto de pesquisa de cada autor, mas que sejam voltados para uma reflexão direta sobre as relações desses objetos com o Estado, buscando dar conta de questões que norteiam o projeto. Dentro do mesmo espírito, cada linha poderá produzir uma obra que lhe seja peculiar. Outro produto impresso é a publicação do livro *Inventário da imprensa do Rio de Janeiro (1808-1850)*, de Marco Morel e Marcello Basile. Por fim, uma seleção de textos de mestrandos e doutorandos apresentados no Colóquio de Pós-Graduandos deverá compor um outro livro.

- Conteúdo virtual disponibilizado no portal do CEO - PRONEX. Será elaborado o *Dicionário on-line de redatores e autores de jornais, panfletos e livros do século XIX*, que irá contar com o trabalho de um prestador de serviço, contratado por três meses para colocar no ar o conteúdo inicial do dicionário, o qual passará a ser alimentado depois diretamente por pesquisadores cadastrados. Será dada continuidade ao trabalho, já em

construção, do *Dicionário on-line de bacharéis, advogados e magistrados*. Também será produzido, por Ivan Vellasco, um banco de dados sobre juízes de paz, igualmente hospedado no mesmo portal. Aí serão disponibilizadas, ainda, uma ampla bibliografia sobre o *longo século XIX* brasileiro e informações atualizadas sobre cursos, disciplinas e seminários ministrados nos programas de pós-graduação pelos membros do PRONEX.

- Parcerias. A internacionalização dos intercâmbios será privilegiada, sobretudo no âmbito do bicentenário da independência de países hispano-americanos, envolvendo grupos que pesquisam a construção dos Estados nacionais, vinculados a instituições de Portugal (Instituto Universitário de Lisboa, representado por Miriam Halpern Pereira), Argentina (Universidad Nacional de Quilmes, na pessoa de Elías José Palti), Colegio de México (Guillermo Zermeño Padilla) e Universidad Nacional de Colombia (Luis Javier Ortiz Mesa), incluindo seminários, cursos e publicações internacionais. Outro convênio foi firmado com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por conta do Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB), que consiste em digitalizar e catalogar documentos relativos à história da África localizados no Arquivo Nacional de Angola e no IHGB. Foi acertada também uma parceria com a revista eletrônica *Almanack Braziliense*, que será administrada, conjuntamente, por nosso grupo e pela equipe que a criou, reunida no projeto temático “Brasil: formação do Estado e da nação, c. 1750-1850”, coordenado por István Jancsó (USP). Está prevista ainda a realização de cursos interinstitucionais de pós-graduação, ministrados por membros do PRONEX.

- Outros. Além do que já foi exposto, será dada continuidade a duas experiências exitosas: as *oficinas de história* e a aquisição de fontes primárias localizadas em órgãos nacionais e internacionais de pesquisa (reproduções microfilmadas e digitalizadas).

7. Resultados esperados

Conforme já mencionado no item 4, espera-se que a agenda comum de pesquisa definida neste projeto promova um avanço significativo das pesquisas e reflexões sobre o Estado brasileiro oitocentista, em suas múltiplas dimensões e pontos de contato, e contribua, assim, para a revisão, à luz de novos enfoques, de esquemas explicativos cristalizados na historiografia, que não dão conta satisfatoriamente da complexidade, dinâmica e abrangência das relações entre Estado e sociedade. Mais ainda, espera-se que resulte daí uma nova interpretação geral do *longo século XIX* brasileiro.

Os resultados esperados dizem respeito também ao efeito multiplicador do

projeto em termos de desenvolvimento de recursos humanos, uma vez que irá contribuir para a formação de graduandos (incorporando bolsistas de Iniciação Científica), de mestrandos e de doutorandos, orientados pelos membros do grupo de pesquisa. Tais alunos serão integrados às equipes de trabalho e estimulados a participar das atividades de investigação, de publicações e de eventos. Da mesma forma, as parcerias nacionais e internacionais firmadas com outras instituições acadêmicas irão ampliar sobremaneira o impacto das pesquisas, dos debates e da formação pessoal.

Essas contribuições serão alcançadas e divulgadas por meio das várias estratégias de atuação citadas no item anterior, como seminários, publicação de livros, produção de dicionários biográficos e de bancos de dados *on-line* (abertos à consulta da comunidade acadêmica, permitindo, assim, novas pesquisas e leituras por parte de outros pesquisadores), elaboração de instrumentos de pesquisa (mediante a aquisição e reprodução de fontes primárias) e de materiais didáticos, e continuação das oficinas de história, além da parceria institucional com a revista eletrônica *Almanack Braziliense*.

8. Bibliografia relacionada ao projeto (principais obras)

ALMEIDA, Anita C. L. de, e GRINBERG, Keila. 2009; As webquests e o ensino de História. In: Helenice Rocha; Marcelo Magalhães; Rebeca Gontijo (org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV; ALONSO, Angela. 2002. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra; ANDERSON, Benedict. 1991. *Imagined communities*. Londres: Verso; BALAKRISHNAN, Gopal. 2000. A imaginação nacional. In ____ (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto; BARATA, Alexandre Mansur. 2006. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Editora UFJF / São Paulo: Annablume; BASILE, Marcello Otávio. 2001. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CARVALHO, José Murilo de. 1987. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras; IDEM. 1996. Cidadania: tipos e percursos. In: *Estudos históricos*, v. 9 - nº 18 – *Justiça e cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas; IDEM. 1998a. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG; IDEM. 1998b. Retórica e história intelectual. *Prismas*. Quilmes, v. 1, n. 2; IDEM. 2000. Dreams come untrue. In: *Daedalus*, v. 129 - nº 2 – *Brazil: the burden of the past; the promise of the future*.

Cambridge (Massachussets): American Academy of Arts and Sciences; IDEM. 2001. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IDEM. 2003. *A construção da ordem e Teatro de sombras*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IDEM (org.). 2007. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IDEM, e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org.). 2009. *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. 1995. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; CASTRO, Jeanne Berrance de. 1977. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional / Brasília: Instituto Nacional do Livro; CHALHOUB, Sidney. 1990. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras; CHARTIER, Roger. 1995. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*, v. 8, n° 16. Rio de Janeiro: CPDOC - FGV; COSTA, Emília Viotti da. 1987. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense; DOLHNIKOFF, Miriam. 2005. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo; DUARTE, Nestor. 1939. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Nacional; ELLISON, Nick. 1997. Towards a new social politics: citizenship and reflexivity in late modernity. In: *Sociology*, v. 31 - n° 4. Londres: Sage; FAORO, Raymundo. 1958. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo; FARIAS, Juliana Barreto, SOARES, Carlos Eugenio Líbano, e GOMES, Flávio dos Santos. 2005. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; FERES JÚNIOR, João (org.). 2009. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. 1999. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; FLORENTINO, Manolo, e GÓES, José Roberto. 1997. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; FLORY, Thomas. 1986. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. 1992. *Homens de grossa aventura: acumulação e*

hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. 2008. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; GRAFTON, Anthony. 2006. *What was History? The art of History in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press; GRAHAM, Richard. 1997. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; GRINBERG, Keila. 2002. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; GUERRA, François-Xavier. 1992. *Modernidad y independencias – ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. 1995. Debaixo da proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 388. Rio de Janeiro; IDEM (org.). 2009. *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos históricos, nº 1 – Caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas; HARTOG, François. 2003. *Régimes d'historicité*. Paris: Seuil; HOBBSBAWM, Eric J. 1988. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), e CAMPOS, Pedro Moacyr (assist.). 1960. *História geral da civilização brasileira, t. II – O Brasil monárquico*. 5 vs. São Paulo: Difel; JANCÓSÓ, István (org.). 2003. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp / Ijuí: Unijuí; IDEM, e PIMENTA, João Paulo Garrido. 2000. Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da unidade nacional brasileira. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: SENAC; KOSELLECK, Reinhart. 2004. *Historia*. Madri: Trotta; IDEM. 2006. Representação, evento e estrutura. In _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; KRAAY, Hendrik. 2006. Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825). In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV; LESSA, Renato. 1988. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*.

São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Iuperj; MAGNOLI, Demétrio. 1997. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Unesp / Moderna; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. 2007. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; MATTOS, Hebe Maria. 2000. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; MATTOS, Ilmar Rohloff de. 1990. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 2 ed. São Paulo: Hucitec; MELLO, Evaldo Cabral de. 2004. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34; MELLO, Maria Tereza Chaves de. 2007. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV / Edur; MOMIGLIANO, Arnaldo 1990. *The classical foundation of modern historiography*. Berkeley: University of California; MOREL, Marco. 2005. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec; MOREL Y CANAL, Jordi. 1993. El concepto de sociabilidade en la historiografía contemporánea. *Siglo XIX - Nueva Epoca*. México, nº 13; MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1968. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva; NEEDELL, Jeffrey D. 2006. *The Party of Order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. 2003. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / Faperj; IDEM (org.). 2009. *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ; NOVAIS, Fernando A. 1979. *Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec; PALTI, Elías. 2001. The nation as a problem. *History and theory*; PENA, Eduardo Spiller. 2001. *Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp; PIMENTA, João Paulo G. 2002. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec / Fapesp; POCOCK, John G. A. 2003. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp; POLANYI, Karl. 1980. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de 1976. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega; REMOND, René. 1980. *L' Histoire Politique: La recherche historique....* Paris: PUF; IDEM. 1996. *Por*

